

COMPETIÇÃO

Propostas para mudar Portugal

José Gomes Ferreira foi o orador das “Conversas com Sucesso”, onde apresentou ideias para o país



As empresas, a organização do Estado e a sociedade em geral têm de mudar de vida, na opinião de José Gomes Ferreira, subdiretor de informação da SIC, sendo esta uma exigência dos financiadores internacionais. O jornalista é crítico da ação do Tribunal Constitucional e considera que é necessário reformar o Estado e cumprir os compromissos assumidos. Acredita ainda que a opinião pública pode ser agente de mudança.

José Gomes Ferreira foi o orador convidado de mais uma “Conversas com Sucesso”, organizadas pela rede Alumnigmc, formada pelos antigos participantes do Global Management Challenge. O evento decorreu no dia 26 de setembro, em Lisboa, teve como tema “Portugal pode voltar a crescer” e foi moderado por Henrique Monteiro, jornalista do Expresso.

Numa análise à atualidade, José Gomes Ferreira referiu que “o Governo prometeu que íamos mudar de vida porque os financiadores assim o exigiram e desde logo alterando o Código do Trabalho. Este mudou muita coisa, já está em aplicação e



José Gomes Ferreira (SIC) à conversa com Henrique Monteiro (Expresso) FOTO NUNO BOTELHO

mais de um ano depois vem a notícia de que afinal há aspetos que não estão bem, têm de ser mudados e são inconstitucionais”. Na sua perspetiva as pessoas que chumbam exigências que os financiadores fizeram “dizem que interpretam uma lei que reflete a vontade coletiva, mas eles são uma força de blo-

queio cada vez mais forte”. O que reforça a negatividade da imagem externa de Portugal.

Outra das ideias do jornalista é que já se deveria ter feito a reforma do Estado. Nomeadamente na extinção de departamentos que não produzem o suficiente ou que produzem um serviço ou bem que não serve a sociedade.

E apesar dos cortes de subsídios a muitas entidades já realizados, “as isenções fiscais continuam para coisas que não sabemos o que são”, salienta. Ainda em relação às reformas necessárias no país e aos cortes da despesa do Estado, o jornalista é apologeta de que deve existir consenso entre Governo e oposição.

Classificação após 2ª decisão — 2ª volta

1º LUGAR	2º LUGAR
Thales Portugal	Randstad/Unbeatteam
IAPMEI/Primaveraelevation	ISTMC-EDP/Não_Digo
Siemens Business&Co	EDP/Abc SGPS
EDP/Gmlp	Aeatlântico.Blip
Alumnigmc/Think Big	IAPMEI/Ch Consulting
Essilor/Unlikely	Univ.Évora/Alfa
Alumnigmc/Tlbel	IEFP/Jeefeuc
Euronext/5G Univ.Évora	Caixa Beach Team

Veja as classificações totais em: <http://www.expresso.pt/worldgmc>

ASSALTO ÀS LIDERANÇAS

As equipas em prova já tomaram a sua segunda decisão e como era de prever registaram-se mudanças significativas no topo dos grupos. Em relação à passada semana e como se pode confirmar na tabela publicada em anexo, estão seis novas equipas na liderança, sendo que apenas os grupos 5 e 8 mantiveram a mesma equipa na chefia. Apesar destas mudanças, é provável que a próxima decisão provoque mais alterações no topo dos grupos, uma vez que só as formações que na última semana estiverem nesta posição se qualificarão para a final nacional, agendada para dia 27 de novembro. Esta semana estão duas equipas Alumnigmc — lideradas por um antigo participante — na chefia de grupos. A Thales Portugal, Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento, a Siemens, EDP, Essilor e Euronext contam cada uma com uma liderança.

Numa sociedade como a portuguesa, José Gomes Ferreira acredita que a opinião pública, apesar de não ser titular da ação política, pode ser um agente de mudança. “A força da opinião pública é forte. As manifestações têm de ser focadas e exigir em concreto que se façam alterações, como aconteceu por exem-

plo no caso da TSU”. Há ainda as redes sociais e artigos de opinião, onde os cidadãos se podem manifestar. No evento esteve ainda em foco o livro “O Meu Programa de Governo”, onde José Gomes Ferreira expõe estas outras ideias.

MARIBELA FREITAS
mfreitas.externo@impresa.pt

BPI		Rentabilidades Anualizadas Líquidas e Classe de Risco até 30/09/2013			
		Rentabilidade / Classe de Risco (classe de risco entre mínimo de 1 e máximo de 6)			
Fundos de Investimento Mobiliário	Data de Lançamento	Desde o Lançamento	Últimos 5 anos (a)	Últimos 3 anos (b)	Último ano (c)
Fundos Flexíveis					
BPI Global	03/02/1997	1,2% / 3	-0,8% / 3	0,8% / 3	2,0% / 2
BPI Brasil	08/02/2000	3,3% / 6	3,1% / 6	-8,2% / 5	-14,1% / 5
Fundo de Tesouraria					
BPI Liquidez	18/03/1996	2,2% / 1	1,3% / 1	1,6% / 1	0,9% / 1
Fundo de Fundos					
BPI Seleção (Fundo de Fundos Misto de Ações)	13/09/2007	-1,1% / 4	3,0% / 4	0,2% / 4	3,2% / 3
Fundos de Obrigações					
BPI Euro Taxa Fixa	26/04/1993	4,9% / 2	2,6% / 2	0,8% / 2	2,5% / 2
BPI Obrigações de Alto Rendimento Alto Risco	01/09/1999	4,7% / 3	7,9% / 3	5,8% / 3	6,3% / 2
Fundos de Ações					
BPI Portugal	03/01/1994	4,3% / 5	-2,5% / 6	-3,2% / 6	22,5% / 6
BPI Europa	11/06/1991	6,5% / 5	2,4% / 6	4,6% / 5	13,7% / 4
BPI Euro Grandes Capitalizações	01/06/1992	4,1% / 5	0,6% / 6	2,8% / 6	14,1% / 4
BPI América - Classe D	16/08/1993	0,3% / 5	5,5% / 6	7,6% / 5	6,7% / 4
BPI Reestruturações	04/12/2000	2,4% / 5	2,0% / 5	-3,1% / 5	-15,6% / 5
BPI África	03/12/2008	6,7% / 5	-	-1,1% / 5	-4,9% / 5
BPI Ibéria	19/01/2010	-2,8% / 6	-	-2,2% / 6	18,9% / 5
Fundos Especiais de Investimento					
BPI Alpha	14/11/2008	-1,0% / 2	-	-2,2% / 2	0,5% / 1
BPI Monetário Curto Prazo	15/09/2010	1,7% / 1	-	1,7% / 1	1,2% / 1
BPI Brasil Valor	12/10/2010	-18,4% / 6	-	-	-16,5% / 6
Poupança Fiscal (d)					
BPI Reforma Ações (PPR)	22/06/2005	3,8% / 3	0,9% / 3	0,0% / 3	-0,9% / 3
BPI Reforma Investimento (PPR)	02/12/1991	4,9% / 2	0,9% / 2	1,8% / 2	1,9% / 2
BPI Reforma Segura (PPR)	28/11/1991	4,6% / 1	0,6% / 2	1,5% / 2	1,9% / 2
BPI Poupança Ações (PPA)	15/11/1995	5,4% / 5	-2,3% / 6	-2,6% / 6	24,3% / 6

Os valores referem-se a rentabilidades registadas no passado (líquidas de comissão de gestão e depositário), pelo que não constituem qualquer garantia de rentabilidades futuras porque o valor do investimento pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco baixo) e 6 (risco muito alto). Para os períodos considerados não existe comissão de resgate em nenhum produto, excepto no fundo BPI Poupança Ações PPA (comissão de resgate de 3% até ao 6º ano, após a subscrição do PPA).

O BPI adverte que, em regra, a uma maior rentabilidade está associado um maior risco. A rentabilidade apenas seria obtida se o investimento fosse efectuado durante a totalidade do período de referência. O valor das unidades de participação dos fundos pode aumentar ou diminuir em função da avaliação dos activos que integram o património desses fundos.

(a) 30/09/2008; (b) 30/09/2010; (c) 28/09/2012; (d) As rentabilidades não consideram o benefício da dedução à colecta de IRS nem o imposto sobre os rendimentos devido no resgate. O tratamento fiscal dos produtos depende das circunstâncias individuais de cada Cliente e está sujeito a alterações.

Classe de Risco / Volatilidade anexada às rentabilidades anuais dos FIM (Classes de Risco - Escalão de Risco - Desvio Padrão Anualizado): (1-Baixo - 0% a 1,5%); (2-Médio Baixo - 1,5% a 5%); (3-Médio - 5% a 10%); (4-Médio Alto - 10% a 15%); (5-Alto - 15% a 20%); (6-Muito Alto - Superior a 20%). Os Prospectos Simplificados e Completos encontram-se disponíveis aos Balcões dos Bancos Colocadores e na Sociedade Gestora.

A presente mensagem tem natureza publicitária e é prestada pelo Banco Português de Investimento, S.A. / Banco BPI, S.A. e BPI Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (entidades autorizadas pelo Banco de Portugal a exercer as actividades de intermediação financeira compreendidas no respectivo objecto e encontram-se para esse efeito registadas junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (www.cmvm.pt)).

Para mais informações sobre o Grupo BPI, os serviços prestados e os custos e encargos associados, bem como sobre a natureza e os riscos dos instrumentos financeiros, poderá consultar o Manual do Investidor disponível nos Balcões e Centros de Investimento BPI ou em www.bancobpi.pt.

BPI Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. - Capital Social: € 2.500.000 - CRC Lisboa e Contribuinte n.º 502 443 022.

BREVES

RTP lidera cluster tecnológico para os media

SERVIÇO PÚBLICO A administração da RTP apresentou esta semana um *cluster* empresarial que junta, sob a alçada do operador público, nove empresas nacionais com competências nas áreas das tecnologias de informação e de gestão de media. Segundo o presidente da RTP, Alberto da Ponte, o objetivo deste projeto — que será desenvolvido com a chancela PIMS (Portuguese Innovative Media Solutions) — é dar à empresa pública acesso em primeira mão a soluções tecnológicas de vanguarda que permitam modernizar a RTP e geri-la de forma “mais rentável, mais eficiente e mais eficaz”. Para as empresas que integram o *cluster*, Alberto da Ponte destaca a possibilidade de ganharem uma dimensão global através da RTP.



Luís Simões estabelece acordo com Portmann

TRANSPORTES A transportadora Luís Simões celebrou um acordo com o grupo Portmann — uma das principais empresas de transporte e logística no mercado gaulês —, com o objetivo de reforçar a sua operação neste país e abrir a porta à angariação de potenciais serviços operacionais em França. Em comunicado, as empresas explicam que a parceria aumentará a competitividade de ambas nas suas áreas geográficas comuns: Península Ibérica, França, Benelux, Suíça, Polónia, Alemanha e Itália.

SWAPS EM NEGOCIAÇÃO O Santander Totta propôs ao Estado, em abril, um empréstimo para que este lhe pague a dívida provocada pelos *swaps* contratados pelas empresas públicas. Foi esta a solução retomada pelo Santander e pelo Governo, depois do verão, disse o presidente do banco, Vieira Monteiro (na foto), ao Parlamento. Os prejuízos com os *swaps* do Santander ascendem a €1200 milhões.

150

milhões de euros é o montante da linha de apoio às empresas de turismo, criada entre o Turismo de Portugal, oito bancos e sociedades de garantias mútuas. A Linha de Apoio à Consolidação Financeira é válida até 2015 e permite alargar os prazos de reembolso dos empréstimos das Pequenas e Médias Empresas (PME) do sector, contraídos junto da banca

RETIFICAÇÕES

Na última edição, o deputado Adão e Silva foi, por lapso, referido como Pedro Adão e Silva.

Na entrevista a Alexandre Soares dos Santos, publicada na última edição, na resposta à pergunta sobre se deu indicações acerca do seu sucessor, onde se lê “Não, disse unicamente qual seria a minha preferência”, deve ler-se “Não. A única coisa que disse foi que sabia qual seria a minha preferência. Mas não a manifestei”.

AS EMPRESAS DO TURISMO E AS ENTIDADES REGIONAIS DE TURISMO (ERT) VÃO PASSAR A ESTAR MAIS ENVOLVIDAS NA **ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO INTERNACIONAL DE PORTUGAL**. O OBJETIVO É REDUZIR A INTERVENÇÃO DIRETA DO ESTADO NO SECTOR, FOMENTANDO PARCERIAS ENTRE AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS